


Patrimônio cultural, memória do Cerrado e a invisibilidade dos guarda-parques no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Cultural heritage, Cerrado memory and the invisibility of park rangers in the Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV)

 10.64493/INV.22.17

Marcelo Daniel Segalerba
Bourdette
Universidade de Brasília, Brasil

Ana Carolina Kalume Maranhão
Universidade de Brasília, Brasil

Isabella de Farias Sampaio
Universidade de Brasília,
Brasil

Paulo Henrique Soares de Almeida
Universidade de Brasília, Brasil

artigo recebido: 6.03.2026
artigo aceite para publicação: 19.03.2026

This work is licenced under a [Creative Commons BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Bourdette, M.; Maranhão, A.; Sampaio, I.; Almeida, P. (2026). Patrimônio cultural, memória do Cerrado e a invisibilidade dos guarda-parques no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV). *Invisibilidades - Revista Ibero-Americana de Pesquisa em Educação, Cultura e Artes*. <https://doi.org/10.64493/INV.22.17>

Resumo

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), Patrimônio Mundial Natural da UNESCO, é um território vivo onde memória, cultura e ecologia se entrelaçam nas paisagens do Cerrado. No entanto, os sujeitos que fazem a mediação cotidiana entre esse patrimônio e as pessoas, os guarda-parques, permanecem ausentes da estrutura formal das Unidades de Conservação brasileiras, configurando uma invisibilidade institucional com consequências diretas para a proteção dos valores culturais e ambientais da unidade. Este artigo analisa essa lacuna a partir de 30 entrevistas em profundidade junto a seis grupos de atores: funcionários do ICMBio, guardas-patrimoniais, guias locais, brigadistas, visitantes e membros da comunidade do entorno. A figura do guarda-parque, quando apresentada em sua dimensão interdisciplinar, enquanto educador ambiental, mediador cultural e guardião do território, é reconhecida como fundamental pela maioria dos entrevistados. Argumenta-se ainda que o guarda-parque representa um agente de educação patrimonial e artística em

contexto não formal, capaz de mediar a relação entre comunidades e os valores culturais, paisagísticos e simbólicos do Cerrado. Conclui-se que tornar visível essa figura profissional é condição para a proteção efetiva de um território cuja riqueza é simultaneamente natural, cultural e simbólica.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Guarda-parques; Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Cerrado; Território; Educação artística.

Abstract

Chapada dos Veadeiros National Park (PNCV), a UNESCO Natural World Heritage Site, is a living territory where memory, culture and ecology intertwine within the landscapes of the Cerrado. However, the subjects who carry out the daily mediation between this heritage and the public, the park rangers, remain absent from the formal structure of Brazilian Conservation Units, resulting in an institutional invisibility with direct consequences for the protection of the park's cultural and environmental values. This article examines this gap based on 30 in-depth interviews conducted with six groups of actors: ICMBio staff, security guards, local guides, firefighters, visitors, and members of the surrounding community. The figure of the park ranger, when presented in its interdisciplinary dimension, as an environmental educator, cultural mediator, and guardian of the territory, is recognized as necessary by the majority of interviewees. It is further argued that the park ranger represents an agent of heritage and artistic education in a non-formal context, capable of mediating the relationship between communities and the cultural, landscape, and symbolic values of the Cerrado. It is concluded that making this professional figure visible is a prerequisite for the effective protection of a territory whose richness is simultaneously natural, cultural, and symbolic.

Keywords: Cultural heritage; Park rangers; Chapada dos Veadeiros National Park; Cerrado; Territory; Arts education.

1. Introdução

O Cerrado constitui um dos principais biomas brasileiros, ocupando aproximadamente um quarto do território nacional e abrigando uma das maiores biodiversidades do planeta. Suas paisagens, caracterizadas por campos rupestres, veredas e cerradões, reúnem diversidade ecológica, repertórios simbólicos e memória coletiva, configurando espaços de pertencimento para diferentes comunidades tradicionais. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial Natural em 2001, expressa de maneira particular essa condição, reunindo biodiversidade excepcional e um patrimônio cultural de profundidade histórica e simbólica que o torna referência tanto para a conservação ambiental quanto para a identidade das populações do seu entorno.

A preocupação com a proteção desses territórios não é recente. A expansão humana e o uso intensivo dos recursos naturais impulsionaram, a partir do século XIX, o surgimento da concepção moderna de proteção da natureza (Miller, 1994; Davenport, 2002). Naturalistas, escritores e filósofos norte-americanos como Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau e John Muir foram pioneiros ao propor que partes das terras públicas, com seus valores estéticos, faunísticos e florísticos, fossem preservadas como herança para as gerações futuras. Esse impulso, contudo, carrega uma tensão que permanece por décadas, pois ao

instituir legalmente a separação entre natureza e cultura, entre área protegida e comunidade, o modelo convencional de conservação correu o risco de invisibilizar os sujeitos que, há muito mais tempo, habitavam, narravam e cuidavam desses territórios.

No Brasil, essa tensão se manifesta com clareza nas Unidades de Conservação. O país possui um dos maiores conjuntos de áreas protegidas do mundo, com mais de 230 milhões de hectares distribuídos entre Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC/MMA, 2023), mas enfrenta déficit de efetividade, marcado por irregularidades fundiárias, escassez de recursos, infraestrutura precária e, sobretudo, insuficiência de pessoal qualificado (Jorge Pádua, 1997; Milano, 1997). A literatura é inequívoca ao demonstrar que a efetividade de proteção das UC está diretamente correlacionada à presença de guarda-parques e ao controle das atividades ilegais (Bruner et al., 2001), sendo precisamente essa figura a que permanece ausente da estrutura formal das UC federais brasileiras, onde nunca foi institucionalizada como cargo civil de carreira.

Essa ausência vai além de uma lacuna administrativa, representa o apagamento dos mediadores que constroem, na prática cotidiana, a relação entre o patrimônio natural e cultural de um território e as pessoas que o frequentam, vivem em seu entorno ou dele dependem. O guarda-parque atua como educador ambiental, intérprete do território, guardião da memória do lugar e elo entre a gestão institucional e as comunidades locais, sendo reconhecido em muitos países como figura profissional consolidada, enquanto no Brasil permanece à margem das políticas públicas de conservação. Nesse sentido, o guarda-parque pode ser compreendido também como um agente de educação patrimonial e artística em contexto não formal: ao narrar as paisagens, mediar a fruição estética do território e facilitar o contato das comunidades com os bens culturais do Cerrado, exerce uma função análoga à do educador de artes, aquele que promove a leitura sensível e crítica do mundo por meio do patrimônio (Barbosa, 2012; Martins et al., 2010).

Inserido no bioma Cerrado, o PNCV exemplifica esse diagnóstico, reconhecido internacionalmente por sua excepcional biodiversidade e pela riqueza de suas paisagens culturais, o Parque abriga não apenas espécies endêmicas e ameaçadas, mas também sítios históricos e arqueológicos, saberes tradicionais e uma comunidade cujo modo de vida foi profundamente reconfigurado pela presença da unidade, da identidade garimpeira à vocação ecoturística.

Diante desse cenário, este artigo analisa a necessidade de guarda-parques para a conservação dos valores ambientais e culturais do PNCV, a partir da percepção de seis grupos de atores diretamente envolvidos com a unidade: funcionários do ICMBio, guardas-patrimoniais, guias locais, brigadistas, visitantes e membros da comunidade do entorno. A pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, com 30 entrevistas em profundidade coletadas em 16 saídas de campo entre setembro e novembro de 2013, analisadas por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009).

A hipótese central é que a incorporação de guarda-parques devidamente organizados e capacitados, preferencialmente oriundos das comunidades locais e portadores do conhecimento territorial acumulado, resultará em proteção mais efetiva dos valores culturais, ambientais, patrimoniais e das vidas humanas

presentes na unidade. Tornar visível essa figura profissional é, nesse sentido, tornar visível o próprio Cerrado como patrimônio vivo.

2. Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo (Gil, 1999; Selltiz et al., 1987), orientada pela análise das percepções de diferentes atores sociais sobre a necessidade de guarda-parques no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV). A opção pela pesquisa qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender em profundidade as dinâmicas de proteção de uma Unidade de Conservação, tema escassamente pesquisado no Brasil sob essa perspectiva (Flick, 2009; Goldenberg, 2007).

2.1 Coleta de dados

O instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista em profundidade semiestruturada, por sua capacidade de revelar informações, percepções e experiências a partir da fala dos informantes, permitindo ao pesquisador analisá-las e apresentá-las de forma estruturada (Duarte, 2006). As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro composto por questões amplas, organizadas em dois blocos temáticos: o primeiro dedicado à identificação dos valores presentes no PNCV e dos principais problemas e ameaças à unidade; o segundo voltado à percepção sobre proteção em campo e a necessidade da figura do guarda-parque.

A amostra foi composta por 30 entrevistados, selecionados intencionalmente entre seis grupos de atores: i) funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); ii) guardas-patrimoniais; iii) guias locais; iv) visitantes; v) membros da comunidade do entorno; e vi) brigadistas. Essa composição buscou abranger diferentes perspectivas sobre o manejo e a proteção do Parque, contemplando tanto os atores que nele trabalham quanto aqueles que o visitam ou residem em seu entorno.

As entrevistas foram realizadas entre 21 de setembro e 30 de novembro de 2013, ao longo de 16 saídas de campo ao PNCV e municípios vizinhos. Cada entrevista teve duração média de 30 a 40 minutos, foi gravada e posteriormente transcrita de forma fidedigna, incluindo pausas e particularidades de linguagem dos entrevistados.

2.2 Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Categórica Indutiva, com base na metodologia proposta por Bardin (2009), complementada pelos procedimentos descritos por Oliveira (2008). Essa abordagem é indicada para a análise de discursos diretos, permitindo identificar temas e categorias emergentes a partir dos dados brutos, sem categorias pré-definidas, por meio de raciocínio indutivo.

O processo de análise seguiu quatro etapas sequenciais. Na primeira, a pré-análise, realizou-se a leitura flutuante do material transcrito, com a definição do corpus e a delimitação das unidades de registro. Na segunda etapa, procedeu-se à exploração do material, com codificação aberta e agrupamento temático das verbalizações por recorrência e similaridade de sentido. A terceira etapa consistiu no tratamento e interpretação dos resultados, com a construção de categorias analíticas a partir dos temas identificados e a formulação de inferências à luz dos objetivos da pesquisa. Por fim, a quarta etapa envolveu a redação e validação

dos produtos gerados, submetidos à análise de três juízes independentes, pesquisadores externos que avaliaram a consistência e pertinência das categorias construídas.

Ao total, as entrevistas resultaram em 141 páginas de transcrições, que deram origem às categorias de análise utilizadas para discutir os problemas e ameaças presentes no PNCV, o perfil necessário do guarda-parque e o dimensionamento do quadro funcional adequado à proteção efetiva da unidade. Os critérios de validade adotados foram: exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência, exclusividade e análise de juízes.

3. Áreas Protegidas e Unidades de Conservação: fundamentos e desafios de implementação

As áreas protegidas constituem o principal instrumento disponível ao homem moderno para assegurar a disponibilidade presente e futura de serviços ambientais essenciais à sua própria existência (Moore, 1993). Além de sua função ecológica, essas áreas detêm valor incalculável nos planos material, espiritual e cultural, gerando benefícios diretos e indiretos de ordem econômica, educacional e científica, e integrando o patrimônio ambiental e cultural das nações (Davenport, 2002). Proteger a diversidade biológica é, nesse sentido, uma questão estratégica para a humanidade, pela relevância dos serviços ecossistêmicos que a natureza provê (Ganem, 2011).

No Brasil, a origem das Unidades de Conservação (UC) remonta ao Império, com as primeiras medidas de proteção à vegetação nativa no século XIX. A criação da Floresta da Tijuca, em 1861, é considerada um marco inaugural, e os primeiros parques nacionais — Itatiaia (1937), Iguaçu e Serra dos Órgãos (1939) — consolidaram o modelo de proteção formal por meio da criação de espaços legalmente delimitados (Pádua, 1997). A institucionalização do sistema nacional de áreas protegidas culminou com a promulgação da Lei n.º 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo categorias, objetivos e instrumentos de gestão, entre eles o Plano de Manejo (MMA, 2000).

Apesar do significativo avanço legal e da expansão territorial do sistema, o Brasil possui um dos maiores conjuntos de áreas protegidas do mundo, com mais de 230 milhões de hectares (CNUC/MMA, 2023). Porém, a simples proteção legal tem se mostrado insuficiente para garantir a integridade das áreas criadas (Oldfield, 1988; Terborgh & Van Schaik, 2002).

As UC brasileiras enfrentam um conjunto de desafios: irregularidades fundiárias, escassez de recursos financeiros, infraestrutura precária, insuficiência de pessoal de campo qualificado, planejamento deficiente e baixa eficácia de gestão (Jorge Pádua, 1997; Milano, 1997). Apesar da expansão do sistema, estudos indicam que muitas UC não utilizam seus planos de manejo de forma efetiva, e a gestão é conduzida de maneira precária e sem foco em resultados (Araújo et al., 2012). A falta de recursos humanos e financeiros constitui, nesse contexto, o principal obstáculo a uma gestão eficaz (Faria, 2012; Medeiros et al., 2007).

4. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: valores, ameaças e vulnerabilidades

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), criado pelo Decreto n.º 49.875, de 11 de janeiro de 1961, situa-se no nordeste do estado de Goiás, nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul e Teresina de Goiás. Com 65.514 hectares, insere-se no bioma Cerrado, o segundo maior em extensão territorial do Brasil, ocupando 23,92% do país, e constitui uma das áreas mais importantes de conservação do Planalto Central (MMA, 2009).

O PNCV abriga uma notável diversidade de fitofisionomias, com predominância de campos rupestres, campos limpos, campos sujos e cerrado sentido restrito, além de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção (Ribeiro et al., 1983). Sua relevância para a conservação da biodiversidade é reconhecida internacionalmente em 2001, quando a UNESCO declarou o Parque Patrimônio Mundial Natural e constituiu-o como área-núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado Fase II. O PNCV integra ainda o corredor ecológico Paraná-Pirineus e a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, formando um mosaico regional de proteção que inclui 15 Reservas Particulares do Patrimônio Natural, três Parques Municipais e uma APA (Lima, 2014).

A despeito de sua importância, o PNCV apresenta vulnerabilidades expressivas do ponto de vista da gestão. Os valores a serem protegidos são amplos e heterogêneos, abrangendo desde sistemas ambientais e espécies ameaçadas até sítios históricos e arqueológicos, vidas humanas de visitantes e funcionários, e valores patrimoniais materiais (Moore, 1993). Os problemas e ameaças identificados incluem caça, coleta de produtos não madeireiros, incêndios de origem antrópica, extração mineral, espécies exóticas invasoras, ocupação humana irregular e construção de infraestruturas (WWF, 2010).

A estrutura de recursos humanos disponível no Parque é notoriamente insuficiente para fazer frente a essa complexidade. Além da baixa de Analistas Ambientais efetivos do ICMBio, somam poucos trabalhadores terceirizados (guardas-patrimoniais e apoio), além de brigadistas contratados temporariamente nas estações secas. Os dados do RAPPAM indicam que, em ambos os ciclos avaliados, os recursos humanos e financeiros foram considerados inadequados para a realização das ações críticas de proteção, e que não havia pessoal em número suficiente para a gestão efetiva da unidade (ICMBio, 2011). A ausência de uma rotina sistemática de fiscalização, a falta de ocupação dos postos de controle e a precariedade das vias internas agravavam o cenário de vulnerabilidade.

5. O Guarda-parque: identidade, funções e situação no Brasil

Ao longo de diferentes épocas e culturas, sempre existiu alguma pessoa encarregada do manejo e proteção de recursos naturais em territórios delimitados, como forma de assegurar a sua disponibilidade para as comunidades humanas (Miller, 1997). Na tradição moderna, o termo ranger remonta à Inglaterra medieval do século XIV, onde os regatadores eram funcionários incumbidos de fazer cumprir o Código Florestal Real, patrulhando florestas, combatendo a caça furtiva e aplicando a lei (Cox, 1905). Nos Estados Unidos, Harry Yount, do Parque Nacional de Yellowstone (1880-1881), é reconhecido como o pai do serviço moderno de guarda-parques, tendo sido o primeiro a defender a criação de um corpo profissional para a proteção de áreas naturais (Albright & Taylor, 1929;

Farabee, 2003).

A Federação Internacional de Guarda-parques (FIG) define o guarda-parque como “a pessoa envolvida nas práticas de preservação e proteção de todos os aspectos das áreas selvagens, históricas ou sítios culturais”, que propicia oportunidades recreativas, interpreta os valores do sítio e promove relações entre as comunidades locais e a administração da área (IRF, 2014). Para a Associação Brasileira de Guarda-parques (ABG), esses profissionais são “a principal ferramenta de gestão para as unidades de conservação”, o elo fundamental entre as políticas públicas e as comunidades locais. São descritos, ainda, como “os olhos e os ouvidos do manejo das áreas protegidas” e os primeiros a perceber mudanças nos padrões de uso e nas atitudes das populações do entorno (Smith, 2003).

O perfil do guarda-parque é essencialmente interdisciplinar, afinal suas competências abrangem proteção, pesquisa e monitoramento, educação ambiental, relações comunitárias e atendimento ao público, além de serviços de primeiros socorros, busca e resgate. O guarda-parque é, ao mesmo tempo, educador, mediador de conflitos, protetor do patrimônio natural e cultural, guardião da segurança dos visitantes e representante visível do Estado no território da unidade (Moore, 1993; Smith, 2003).

Nessa dimensão educativa e cultural, o guarda-parque aproxima-se da figura do mediador patrimonial e do educador artístico em contexto não formal, conforme debatido por Barbosa (2012) e Martins et al. (2010), ao conduzir visitantes por paisagens carregadas de sentido histórico, simbólico e estético, o guarda-parque promove experiências de leitura e fruição do patrimônio cultural, contribuindo para a formação de vínculos identitários com o território.

No Brasil, o quadro dos guarda-parques é marcado por grande heterogeneidade e fragmentação. Apenas os guarda-parques militares, integrantes de Batalhões Ambientais, Florestais ou do Corpo de Bombeiros, têm reconhecimento formal em nível federal. Os guarda-parques civis, que incluem servidores estaduais e municipais, guarda-parques indígenas, voluntários e de áreas privadas, operam sob denominações, contratos e níveis de exigência muito variados, sem uma base nacional unificada (Chagas, 2013; Figueiroa & Floriani, 2012).

A ausência de um quadro profissional de guarda-parques nas UC brasileiras é uma das principais lacunas da política de conservação do país. A falta de reconhecimento legal da profissão em âmbito federal, a insuficiência de formação específica, a sobrecarga das funções sobre analistas ambientais e trabalhadores terceirizados, e a ausência de condições laborais adequadas compromete sistematicamente a efetividade de proteção das unidades (Araújo et al., 2012).

É importante distinguir o guarda-parque das demais figuras que atuam nas UC federais brasileiras. A descrição da ocupação de guarda-parque pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/MTE, código 3522-05) o equipara ao “Agente de defesa ambiental”, reduzindo suas funções à vistoria e fiscalização.

O cargo de Analista Ambiental do ICMBio é definido de forma ampla e com perfil predominantemente administrativo e de planejamento, sem especificação de lotação em campo. O guarda-patrimonial, por sua vez, tem atribuições contratuais restritas à proteção do patrimônio físico da unidade. Nenhuma dessas descrições contempla o conjunto de competências que caracteriza o guarda-parque profissional segundo Moore (1993) e IRF (2014). Essa lacuna funcional,

não apenas quantitativa, é o ponto de partida para compreender a necessidade de institucionalizar a carreira no Brasil.

6. Análise e Discussão dos Resultados

Os resultados das entrevistas revelam amplo reconhecimento da importância do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros entre todos os grupos consultados, ainda que com ênfases distintas. Funcionários do ICMBio, guias locais, brigadistas e guardas-patrimoniais identificam o Parque como reserva estratégica de biodiversidade do Cerrado, um banco genético e regulador climático, enquanto a comunidade do entorno destaca sobretudo sua relevância econômica e identitária. Visitantes, por sua vez, ressaltam o valor cênico e recreativo da unidade.

A dimensão econômica da relação entre o Parque e as comunidades vizinhas emerge como elemento central nas falas. A conversão do perfil da região, de comunidade garimpeira para polo ecoturístico, é reconhecida por todos os grupos como transformação positiva e profunda, associada diretamente à existência do PNCV. A geração de empregos diretos (guias, brigadistas, guardas-patrimoniais) e indiretos (pousadas, restaurantes, serviços) posiciona o Parque como âncora da socioeconomia local, especialmente na Vila de São Jorge.

Esse vínculo, contudo, também é fonte de tensões. A extinção da obrigatoriedade de guias credenciados, implementada em 2013, reduziu drasticamente a contratação desses profissionais e gerou um conflito socioeconômico que fragilizou a parceria histórica entre guias e gestão da unidade. Passada mais de uma década, a situação evoluiu de forma ambivalente: o fluxo de visitantes cresceu significativamente, especialmente após o aumento da área do PNCV de 65.514 para 240.611 hectares em 2017 (ICMBio, 2019), o que intensificou tanto a pressão sobre os recursos naturais quanto a demanda por mediadores culturais qualificados. Contudo, a regularização da atividade dos guias e a recuperação do sistema de credenciamento ainda carecem de implementação consistente.

A análise categorial das entrevistas identificou três grandes eixos de problemas que comprometem a proteção efetiva do PNCV: os incêndios, a insuficiência de fiscalização e a carência de recursos humanos.

Os incêndios foram apontados pela maioria dos grupos como o principal problema crônico da unidade. Dados históricos indicam que 41% dos focos de incêndio registrados entre 1990 e 2004 tinham origem criminosa, enquanto outros 25% eram de causa desconhecida, o que evidencia a necessidade simultânea de reforço nas atividades de vigilância e de maior capacidade técnica para identificar a origem dos focos (Brasil, 2009). Incêndios provenientes de fazendas vizinhas, que adentram os limites do Parque, são recorrentes e colocam em risco tanto os valores naturais quanto as vidas de visitantes e trabalhadores. Os brigadistas e funcionários do ICMBio foram os grupos que expressaram com maior clareza a gravidade do problema e a insuficiência dos recursos disponíveis para enfrentá-lo.

“Eu acho que o principal problema é o fogo, né? Então, de fato, né, é o - uma preocupação que a gente tem, né, durante seis meses muito forte e, durante os outros meses, mais pro - por - por questões naturais, como o fogo de raio, né? (...) Mas a gente tem bastante incêndio criminoso e muitos que vêm de fazendas que tão limpando o parque. Isso a gente tem bastante” (Funcionário do ICMBio).

A insuficiência de fiscalização foi apontada pela totalidade dos entrevistados como problema estrutural. O PNCV contava com apenas quatro analistas ambientais com atribuição de fiscal, responsáveis por uma área de 65.514 hectares, uma proporção de aproximadamente 16.000 hectares por fiscal. A ausência de rotina sistemática de patrulhamento, a falta de ocupação permanente dos postos de controle e a precariedade das vias internas agravavam a vulnerabilidade da unidade a atividades ilegais, especialmente caça furtiva, extração mineral e invasões. Os visitantes, o grupo mais exposto à sensação de insegurança, relataram episódios de desorientação em trilhas sem acompanhamento e ausência de suporte em emergências, reforçando a percepção de abandono institucional na ponta do sistema.

“(...) e o número também de, de... como é que fala? De fiscais, de, de funcionários do Parque acho que se aumentasse a fiscalização, porque o que tem é pouco, não dá conta pelo tamanho do parque. Então acho que é três pontos: aumentar o número de brigadistas, é... aumentar o número de funcionários, fiscais né?!” (Brigadista).

A falta de pessoal é a questão mais consensual entre todos os grupos. A sobreposição de funções entre analistas ambientais, brigadistas e guardas-patrimoniais, que assumem tarefas além de seus contratos por força das circunstâncias, configura um quadro de sobrecarga funcional que compromete a qualidade e a segurança de todos. Este achado é consistente com a literatura, indicando que a efetividade de proteção das áreas protegidas está diretamente relacionada à presença de pessoal de campo qualificado, e não apenas à dotação orçamentária (Bruner et al., 2001).

Apesar do amplo reconhecimento da necessidade de mais pessoal na proteção, a figura específica do guarda-parque mostrou-se pouco conhecida pela maior parte dos entrevistados. Visitantes, brigadistas e membros da comunidade confundiram frequentemente o guarda-parque com guardas-patrimoniais, fiscais ambientais ou vigilantes. Apenas funcionários do ICMBio e parte dos guias locais descreveram a função com precisão, associando-a a uma presença móvel e multifuncional dentro da unidade: patrulhamento, educação ambiental, atendimento ao visitante, monitoramento e resposta a emergências.

“(...) ah, eu acredito que a figura dos guarda parques ainda não é instituída né, na administração pública federal, eu vejo que ela é de muita importância pras unidades em geral, eu acho que elas poderiam dá muito apoio, muito suporte e que de preferência isso teria que está assim nos editais de contratação das comunidades de entorno né, pra vê essa integração, porque eles que são os detentores do conhecimento, do local, dos bichos né. (...), então que os guarda parques a gente conseguisse criasse a estrutura de comunidade do entorno e valorizar as pessoas do local” (Funcionário do ICMBio).

Essa lacuna de conhecimento tem implicações práticas relevantes. A comunidade foi o grupo que menos reconheceu a necessidade da figura: apenas 60% dos entrevistados desse grupo julgaram necessária a presença de guarda-parques no PNCV, índice explicado tanto pelo desconhecimento das funções quanto por conflitos históricos com a gestão da unidade e pelo temor de maior controle

sobre as comunidades vizinhas. Os demais grupos, em proporções elevadas, manifestaram-se a favor da implantação de um corpo de guarda-parques. O perfil desejado, construído a partir das verbalizações dos entrevistados e confrontado com as Competências Universais Essenciais dos Guarda-parques da Federação Internacional (FIG/IRF), revela uma forte convergência com o padrão internacional nas dimensões de ecologia básica e conservação, garantia da integridade dos ecossistemas, interpretação e educação ambiental e relacionamento comunitário. Lacunas foram identificadas nas dimensões de resposta a emergências, administração e tecnologia, omissões atribuídas ao desconhecimento do espectro completo das funções. O resultado aponta para a necessidade de um guarda-parque com formação interdisciplinar robusta, habilidades de comunicação e negociação social, vocação para o trabalho de campo e conhecimento profundo das particularidades do bioma Cerrado e da história regional.

No que diz respeito à articulação com o campo da educação artística e cultural, os dados revelam que os entrevistados, especialmente guias e visitantes, reconhecem no território do PNCV uma dimensão estética e simbólica que transcende a conservação ambiental. As paisagens do Cerrado, com suas formas geológicas singulares, cachoeiras, veredas e vegetação rupestre, são percebidas como objetos de contemplação, de narração e de pertencimento cultural. Nesse sentido, o guarda-parque emerge como mediador privilegiado entre esse patrimônio e as pessoas, exercendo uma função análoga à da educação museal e do trabalho de educadores artísticos em espaços não convencionais (Martins et al., 2010). A formação desse profissional deve, portanto, incorporar competências de leitura e interpretação do patrimônio cultural, natureza, memória, identidade e estética, para além das atribuições técnicas de fiscalização e proteção.

A presença de guarda-parques foi associada diretamente à sensação de segurança. A quase totalidade dos entrevistados afirmou que se sentiria mais segura com esses profissionais em campo, percepção especialmente acentuada entre visitantes, que experienciam a unidade como um espaço sem respaldo institucional em emergências.

Em síntese, os dados revelam uma unidade de conservação de elevada importância ecológica e simbólica, operando com estrutura de proteção criticamente insuficiente. A ausência de um corpo profissional de guarda-parques é compensada, de forma precária, pelo esforço sobreposto de brigadistas, guias e guardas-patrimoniais. A literatura e os achados empíricos convergem para a mesma conclusão: a proteção efetiva do PNCV requer a criação e institucionalização de um quadro profissional de guarda-parques, com perfil adequado às especificidades locais, integrado às comunidades do entorno e sustentado por formação continuada, que inclua dimensões de educação ambiental, patrimonial e artística, e condições laborais dignas.

7. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar a necessidade de guarda-parques para a proteção dos valores ambientais e culturais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), a partir da percepção de seis grupos de atores diretamente envolvidos com a unidade. Os resultados obtidos confirmam a hipótese central da pesquisa e permitem formular um conjunto articulado de conclusões sobre

a situação de proteção do Parque, o perfil necessário do guarda-parque e o dimensionamento mínimo de seu quadro funcional.

O PNCV é reconhecido pela expressiva maioria dos entrevistados como uma área de elevada importância ambiental, cultural e socioeconômica, condição reforçada pelo seu status de Patrimônio Mundial Natural (UNESCO, 2001) e pela sua centralidade para a subsistência das comunidades do entorno, cuja economia foi progressivamente reorientada do garimpo para o ecoturismo. Essa importância, no entanto, contrasta com a precariedade da estrutura de proteção disponível. Incêndios de origem antrópica, insuficiência de fiscalização e carência crítica de pessoal qualificado foram os três problemas mais recorrentes nas falas dos entrevistados, e todos eles convergem para um mesmo diagnóstico: o PNCV opera, há anos, abaixo do limiar mínimo de efetividade de manejo.

A totalidade dos grupos consultados, sem exceção, manifestou a necessidade de mais pessoal dedicado à proteção da unidade. A sobreposição de funções entre analistas ambientais, guardas-patrimoniais, brigadistas e guias locais, que assumem tarefas além de seus contratos por força da carência institucional, configura um quadro de sobrecarga e insegurança funcional que compromete tanto a qualidade da proteção quanto a integridade física e laboral dos próprios protetores. A literatura é inequívoca a respeito: a efetividade de proteção das áreas protegidas está diretamente relacionada à presença de guarda-parques em número suficiente, e não apenas à dotação orçamentária ou à extensão formal das atribuições de outros cargos (Bruner et al., 2001).

A figura do guarda-parque, apesar de ser desconhecida ou confundida por parcela significativa dos entrevistados, especialmente brigadistas, visitantes e membros da comunidade, é considerada necessária pela maior parte dos grupos quando devidamente explicada. Funcionários do ICMBio e guias locais foram os que melhor descreveram suas funções: presença móvel e permanente em campo, patrulhamento, educação ambiental, atendimento ao visitante, monitoramento de recursos e resposta a emergências. A confusão com guardas-patrimoniais e fiscais ambientais reflete, em larga medida, a própria ausência histórica dessa figura nas Unidades de Conservação federais brasileiras, onde nunca foi formalmente institucionalizada como cargo civil de carreira.

O perfil requerido aponta para formação interdisciplinar, vínculo com o Cerrado e com as comunidades locais, convergência que tem precedentes exitosos na América Latina e representa oportunidade concreta para o PNCV. Nesse contexto, merece especial atenção a dimensão artístico-cultural da formação do guarda-parque, ainda ausente das discussões sobre a carreira no Brasil.

Inspirados em abordagens consolidadas na educação artística e museal, como a Proposta Triangular de Barbosa (2012), que articula fruição, contextualização e produção, os programas de formação de guarda-parques deveriam contemplar competências de interpretação do patrimônio paisagístico e cultural, narração do território, mediação estética e promoção de experiências de pertencimento identitário com o bioma. Essas competências potencializam a capacidade do guarda-parque de atuar não apenas como fiscal, mas como agente de transformação cultural e educacional.

Quanto ao dimensionamento, os dados indicam que o Parque necessita de ao menos 20 guarda-parques permanentemente em campo para atingir um patamar mínimo de efetividade, referencial derivado do parâmetro de Bruner et al.

(2001) de três profissionais por 100 km². Esse número representa uma proporção ainda inferior à média mundial (27 por 100.000 ha) e à média norte-americana (33 por 100.000 ha), mas muito superior à realidade brasileira, inferior a quatro por 100.000 ha, que explica, em parte estrutural, o baixo índice de efetividade das UC brasileiras em geral. Cabe notar que, com a ampliação do PNCV para 240.611 hectares em 2017, o número necessário de profissionais aumenta proporcionalmente, tornando ainda mais urgente a institucionalização da carreira. Do ponto de vista mais amplo, este estudo contribui para consolidar uma agenda de pesquisa ainda incipiente no Brasil: a investigação sistemática sobre guarda-parques como categoria profissional estratégica para a gestão de áreas protegidas. A diversidade de figuras que coexistem no sistema, analistas ambientais, guardas-patrimoniais, brigadistas, guias credenciados, não substitui, e nem deveria substituir, um corpo especializado de guarda-parques. A proteção efetiva de um Patrimônio Mundial da Humanidade não pode depender indefinidamente do esforço voluntário e extracontratual de trabalhadores sem a formação, o reconhecimento legal e as condições laborais adequadas para essa missão. Com base nos resultados obtidos, propõem-se as seguintes recomendações concretas para o campo da cultura e da educação artística: (1) incluir módulos de interpretação do patrimônio cultural e de mediação estética nos programas de formação de guarda-parques, articulando saberes ecológicos, históricos e artísticos; (2) reconhecer os guias locais credenciados como candidatos naturais ao cargo de guarda-parque, aproveitando seu domínio da narrativa territorial como competência profissional; (3) desenvolver materiais educativos sobre o patrimônio natural e cultural do Cerrado para uso nas atividades de educação ambiental e artística realizadas dentro e no entorno do PNCV; (4) promover parcerias entre o ICMBio, universidades e instituições culturais para a formação continuada de guarda-parques com perfil interdisciplinar; e (5) incorporar o dimensionamento do quadro de guarda-parques como elemento obrigatório dos Planos de Manejo, vinculado às ameaças, ao uso público e às metas de educação patrimonial de cada unidade.

Avançar nessa direção exige, minimamente, o reconhecimento formal da profissão em âmbito federal para servidores civis; programas de formação continuada com ênfase nas especificidades locais e nas dimensões culturais e artísticas do território; a incorporação prioritária de membros das comunidades do entorno nos processos seletivos; e a inclusão do dimensionamento do quadro de guarda-parques como elemento obrigatório dos Planos de Manejo. São condições que, combinadas, podem transformar parques de papel em unidades efetivamente protegidas, e em espaços vivos de educação, memória e cultura.

Como limitação, este estudo não aprofundou os mecanismos jurídicos e financeiros para a contratação dos guarda-parques no contexto institucional brasileiro, nem modelou os impactos da sua incorporação sobre a efetividade de manejo e sobre a economia local. Essas são lacunas que indicam caminhos férteis para pesquisas futuras, que poderão avançar na quantificação dos ganhos de conservação, na avaliação de modelos de formação com ênfase cultural e artística, e na análise comparada com experiências estaduais e internacionais já consolidadas.

Referências

- Albright, H. M., & Taylor, F. J. (1929). *Oh, ranger! A book about the national parks* (pp. 5–7). Stanford University Press.
- Araújo, M. A. R. (2012a). A seleção e o desenho de unidades de conservação. In NEXUCS (Org.), *Unidades de conservação no Brasil* (pp. 113–124). RiMa.
- Araújo, M. A. R. (2012b). Unidades de conservação: Importância e história no mundo. In NEXUCS (Org.), *Unidades de conservação no Brasil* (pp. 25–50). RiMa.
- Araújo, M. A. R., Cabral, R. F. B., & Marques, C. P. (2012). Unidades de conservação: Uma breve história da gestão no Brasil. In NEXUCS (Org.), *Unidades de conservação no Brasil* (pp. 191–204). RiMa.
- Barbosa, A. G. (2008). *As estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e oportunidades* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Brasília.
- Barbosa, A. M. T. B. (2012). *A imagem no ensino da arte: Anos oitenta e novos tempos* (8. ed.). Perspectiva.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bernard, E., Penna, L. A. O., & Araújo, E. (2014). Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. *Conservation Biology*, 28(4), 939–950. <https://doi.org/10.1111/cobi.12298>
- Brasil. (2000). Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm
- Brasil. (2008). Decreto n.º 6.515, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre a Guarda Ambiental Nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6515.htm
- Brasil. (2009). *Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: Resumo executivo*. MMA.
- Bruner, A. G., Gullison, R. E., Rice, R. E., & da Fonseca, G. A. B. (2001). Effectiveness of parks in protecting tropical biodiversity. *Science*, 291(5501), 125–128. <https://doi.org/10.1126/science.291.5501.125>
- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação [CNUC]. (2023). Painel de Unidades de Conservação Brasileiras. Ministério do Meio Ambiente. <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>
- Chagas, D. S. (2013). *Análise de programa de guarda-parque: Construção de uma proposta para Manaus* [Dissertação de mestrado]. INPA.
- Cox, J. C. (1905). *The royal forests of England*. Methuen.
- Davenport, L., & Rao, M. (2002). A história da proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In J. Terborgh & C. van Schaik (Orgs.), *Tornando os parques eficientes* (pp. 52–73). Editora UFPR.
- Duarte, J. (2006). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 62–83). Atlas.
- Farabee, C. R. (2003). *National park ranger: An American icon*. Roberts Rinehart.
- Faria, H. H. (2012). Avaliação do desempenho gerencial de unidades de conservação. In M. A. R. Araújo (Org.), *Unidades de conservação no Brasil* (pp. 139–160). Segrac.
- Figueiroa, C. A., & Floriani, N. (2012). Guarda-parques no Brasil: Identidade, formação e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 145–161.
- Fischer, F. (2008). The importance of law enforcement for protected areas. *GAIA*, 17(S1), 101–103. <https://doi.org/10.14512/gaia.17.S1.6>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3. ed.). Artmed.
- Ganem, R. S. (Org.). (2011). *Conservação da biodiversidade: Legislação e políticas públicas*. Câmara dos Deputados.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Goldenberg, M. (2007). *A arte de pesquisar*. Record.
- ICMBio. (2011). *Avaliação comparada das aplicações do método RAPPAM*. ICMBio/WWF-Brasil.
- ICMBio. (2019). Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*.
- IRF. (2014). International Ranger Federation. <http://www.internationalrangers.org>
- Jorge Pádua, M. T. (1997). Sistema brasileiro de unidades de conservação. In *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação* (pp. 214–236). IAP.
- Lima, P. C. A., & Franco, J. L. A. (2014). RPPNs as a strategy for biodiversity conservation. *Sociedade & Natureza*, 26(1), 113–125.
- Martins, M. C., Picosque, G., & Guerra, M. T. T. (2010). Didática do ensino de arte: A língua do mundo: *Poetizar, fruir e conhecer arte*. FTD.
- Medeiros, R., Irving, M. A., & Garay, I. (2007). A proteção da natureza no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 6(9), 83–97.
- Milano, M. S. (1997). Planejamento em unidades de conservação. In *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação* (pp. 150–165). IAP.
- Miller, K. R., Reid, W. V., Mittermeier, R. A., Werner, T. B., & Catling, G. (Eds.). (1997). *Busca de um novo equilíbrio*. IBAMA.
- MMA. (2009). Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: Encarte 2 — Análise da Unidade de Conservação. Ministério do Meio Ambiente.
- Moore, A. (1993). *Manual para la capacitación del personal de áreas protegidas*. National Park Service/US Department of Interior.
- Oldfield, S. (1988). *Buffer zone management in tropical moist forest*. IUCN.
- Oliveira, M. M. (2008). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Vozes.
- Ribeiro, J. F., Walter, B. M. T., & Fonseca, C. E. L. (1983). *Aproveitamento do cerrado e suas alternativas de uso racional*. EMBRAPA-CPAC.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, S. W. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. EPU.
- Smith, W. (2003). The ranger's guide to nature interpretation. *National Park Service*.
- Terborgh, J., & van Schaik, C. (2002). Por que o mundo necessita de parques. In J. Terborgh et al. (Orgs.), *Tornando os parques eficientes* (pp. 25–36). Editora UFPR.
- WWF-Brasil. (2010). Avaliação comparada das aplicações do método RAPPAM nas Unidades de Conservação federais nos ciclos 2005–06 e 2010. ICMBio/WWF-Brasil.